

# A Evolução dos Paradigmas ao Desenvolvimento: *uma abordagem introdutória*

Luís Otávio Bau Macedo\*

*Mestre em Ciências Econômicas pela Kingston University (Londres)  
Professor da Associação Educacional Toledo de Pres. Prudente/SP  
luisotavio@pontalnet.com.br*

## 1. Introdução

O estudo dos determinantes ao desenvolvimento vem sendo objeto de intensificado debate nos últimos anos, em decorrência da busca por bases conceituais que incorporem as transformações provenientes do processo de integração econômica em escala mundial. A análise do desenvolvimento, e das suas implicações para as políticas públicas, passou ao longo dos últimos 50 anos por mudanças profundas; partindo de posições que privilegiavam o papel de liderança do Estado, decorrente de uma visão cética quanto às virtudes do livre mercado, para abordagens mais recentes que enfatizam a otimização da eficiência econômica do liberalismo.<sup>1</sup>

As crises cambiais e financeiras dos anos 90, e suas implicações sobre os países periféricos, resultaram na inflexão do debate em direção de novos aspectos da dinâmica do desenvolvimento. As deficiências institucionais, relacionadas com a regulação e coordenação pública sobre os mercados, consideradas determinantes para a eclosão da crise asiática, demonstraram que a simples liberalização, sem a edificação de uma infra-estrutura institucional adequada, pode acarretar em custos sociais superiores que a ineficiência econômica proveniente dos regimes intervencionistas (STIGLITZ, 1998c: 12-4).

---

\* O autor agradece o apoio fornecido pelo NEPE - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão da Associação Educacional Toledo na realização desta pesquisa.

<sup>1</sup> Ver WAELBROECK (1998).

A evolução do debate nos anos 90 dá início, assim, a uma abordagem mais “equilibrada” que busca identificar os papéis específicos que o Estado deve desempenhar na maximização do bem estar social, fornecendo os instrumentos para a maior efetividade das políticas públicas.<sup>2</sup>

O artigo divide-se em quatro seções; na primeira realiza-se a apresentação do paradigma desenvolvimentista; na segunda seção centra-se foco nas mudanças conjunturais dos anos 70 que levaram à crise do modelo intervencionista; na terceira seção aborda-se o surgimento e sedimentação do novo paradigma liberal dos anos 80, e suas implicações para a política econômica; na quarta seção aprofunda-se a análise da instabilidade do sistema monetário internacional nos anos 90; na quinta seção desenvolve-se, introdutoriamente, as bases do pensamento institucional ao desenvolvimento e emite-se os comentários finais.

## 2. O Paradigma Desenvolvimentista e o Desafio às Idéias Liberais

O desenvolvimento tornou-se uma área específica da ciência econômica a partir da segunda metade do século 20, como resultado da convergência de diversos fatores. Inicialmente, este período foi caracterizado pelo processo de descolonização dos países asiáticos e africanos, o que suscitou a busca por políticas que visassem a melhoria do bem estar destas populações. De forma complementar, o pós-guerra presenciou o surgimento de instituições multilaterais (e.g. ONU – Organização das Nações Unidas, BIRD – Banco Mundial, FMI – Fundo Monetário Internacional) com o objetivo do estabelecimento de uma nova arquitetura institucional que possibilitasse o relacionamento mais harmônico e estável entre os países. Ressalte-se que àquela época as lembranças do período de instabilidade dos anos 30 e 40, caracterizado pela depressão econômica dos anos 30 e a eclosão da 2º guerra mundial, ainda eram bastante latentes, o que suscitou esforços redobrados para a edificação de um sistema que evitasse ocorrências daquele tipo. Neste mesmo processo, a divisão do poder mundial entre duas superpotências, EUA e União Soviética, resultou a implementação de medidas que visavam o fortalecimento de suas áreas de influência, através de políticas para o desenvolvimento de aliados estratégicos. O Plano Marshall para a reconstrução da Europa ocidental e a administração americana no Japão, no imediato pós-guerra, são exemplos de estratégias bem sucedidas surgidas na época.

O primeiro conjunto integrado de postulados a transformar-se em um paradigma para políticas de desenvolvimento foram as idéias defendidas pelo ex-premier indiano Jawaharal Nehru nos anos quarenta (WAELBROECK, 1998: 324-5). De acordo com a visão de Nehru, um país subdesenvolvido como a Índia teria que seguir os passos dos países desenvolvidos no processo de industrialização, sendo relegada à estrutura produtiva baseada na agricultura de subsistência a causa do atraso do país. O liberalismo econômico dos países do norte era considerado um

---

<sup>2</sup> Ver BOYER (1999).

instrumento inadequado para as transformações profundas que a Índia necessitava, cabendo ao Estado tomar a liderança do processo de transformação social. As economias de escala necessárias à produção industrial seriam conseguidas com o estabelecimento de monopólios estatais e o fechamento do mercado interno à concorrência externa. As políticas deveriam priorizar a industrialização através de planos específicos para os diversos setores da economia nacional e de medidas convergentes no campo educacional e de infra-estrutura, de acordo com as necessidades da incipiente indústria do país. Havia, também, uma subjacente crença na necessidade de uma união patriótica dos cidadãos, liderados pelo Estado, com o objetivo de alcançar-se o desenvolvimento de forma independente e soberana.

A estratégia postulada por Nehru para a Índia já apresentava as características das estratégias implementadas posteriormente por grande parte dos países em desenvolvimento. Como característica comum, verifica-se a descrença na capacidade das políticas liberais serem capazes de gerar as mudanças necessárias destas economias. Por outro lado, presencia-se uma forte postura nacionalista nesta visão, com a conotação implícita que o desenvolvimento só poderia ser alcançado através de uma posição de enfrentamento em relação às potências capitalistas, sendo muitas delas, inclusive, antigas metrópoles coloniais.

No campo teórico convencional, o período do pós-guerra também foi caracterizado pelo movimento de desafio às idéias liberais. O consenso keynesiano dos anos 50 e 60 conduziu à crescente intervenção governamental, através de políticas fiscais e monetárias, nas economias centrais. Sob a ótica keynesiana<sup>3</sup>, o pressuposto da eficácia do ajustamento de mercado aos ciclos de negócios não era confirmada pela experiência da Grande Depressão. Apesar da interpretação keynesiana convencional<sup>4</sup> considerar que no longo prazo, o ajustamento da oferta e demanda agregadas pode conduzir a economia novamente ao equilíbrio, o prazo de tempo relacionado ao processo de ajustamento gera altos custos sociais.<sup>5</sup>

Por outro lado, a teoria de Keynes não foi desenvolvida com o intuito de se obter um instrumental analítico para o estudo dos fatores determinantes ao desenvolvimento. Muito pelo contrário, a teoria keynesiana foi elaborada com o objetivo de fornecer uma resposta imediata para a depressão dos anos 30. Na época, período de incertezas, o centro das preocupações não era a problemática do desenvolvimento a longo prazo, mas sim a reversão da rota depressiva das economias capitalistas centrais.

Os anos keynesianos do pós-guerra também suscitaram a crescente onda de questionamentos a respeito da efetividade das teses liberais na condução de políticas de desenvolvimento. As análises relacionadas com a possibilidade da não maximização do bem estar social em diversas estruturas de mercado (e.g. monopólios, oligopólios e cartéis) deram origem às análises que enfatizam o papel regulador do governo. O desenvolvimento das abordagens alternativas no campo microeconômico, em contraponto à teoria marginalista neoclássica, teve o mérito de lançar luzes em

---

<sup>3</sup> Ver SKIDELSKY (1999).

<sup>4</sup> Abordagem de Hicks no seminal artigo *Mr. Keynes and the classics: a suggested interpretation* (SKIDELSKY, 1999: 108-9).

<sup>5</sup> Aspecto que foi objeto da célebre frase de Keynes "A longo prazo estaremos todos mortos" (SKIDELSKY, 1999).

questões relevantes ao entendimento do capitalismo moderno, como a determinação dos preços em oligopólio, a dissociação entre propriedade e administração nas firmas, a rigidez de preços e salários e a produção com custos marginais constantes.

Este conjunto de idéias, surgido no seio dos principais centros acadêmicos dos EUA e da Europa, forneceu o embasamento científico para a crescente intervenção governamental nos países desenvolvidos. A introdução de amplos programas sociais, como a seguridade social, o atendimento universal de saúde e o seguro desemprego, foram implementados como resultado deste paradigma.

Sob o prisma do desenvolvimento, considerava-se que a condução de políticas econômicas ativas que possibilitassem a atenuação dos ciclos de negócios garantiria, também, a melhoria das expectativas dos agentes quanto às suas decisões de consumo e investimento. Ou seja, as autoridades econômicas teriam, através das políticas monetária e fiscal, os instrumentos para a manutenção da economia próxima ao pleno emprego, o que garantiria *per sí* as expectativas favoráveis dos agentes e uma trajetória de crescimento acelerado a longo prazo.

No campo teórico alternativo, a elaboração ao longo os anos 50 e 60 de um conjunto de postulados que levasse em conta as características das economias latino-americanas, foi perseguida pela escola estruturalista.<sup>6</sup> O estruturalismo surgiu como resultado da ebulição intelectual ocorrida com a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e teve como destaque o economista argentino Raul Prebisch. Este conjunto de postulados enfatizava o fato dos países latino-americanos possuírem diversos gargalos estruturais ao desenvolvimento, incorporando as características de suas cadeias produtivas e estruturas sociais. Entre estes fatores, destacava-se a baixa escala de produção da indústria latino-americana que, por sua vez, requeria a adoção de políticas alfandegárias protecionistas, como medida de garantia da competitividade. A pequena dimensão do mercado interno, resultado da concentração da renda destes países, seria um fator que limitaria a capacidade da indústria latino-americana em alcançar as escalas de produção dos países desenvolvidos. Desta forma, era defendida a adoção de políticas de renda, como a majoração da carga fiscal sobre as classes de maior poder aquisitivo, a elevação dos pisos salariais e a implantação de programas assistenciais destinados às camadas mais pobres. O Estado ainda teria papel relevante na formação da infra-estrutura básica, investindo em setores que não oferecessem a rentabilidade almejada aos agentes privados, ou nos quais a necessidade de capital fosse muito elevada frente a capacidade de aporte dos capitalistas locais.

Como resultado do fortalecimento do novo paradigma ao desenvolvimento, os países subdesenvolvidos seguiram ao longo das décadas de 50 e 70, de forma sistemática, políticas que enfatizavam a liderança do Estado no processo de transformação social. Ressalte-se, contudo, que a estratégia específica seguida por cada país foi resultado das características de suas estruturas sociais e econômicas.

---

<sup>6</sup> Ver WAELBROECK (1998: 329-30).

### 3. A Crise do Modelo Desenvolvimentista

Ao longo da década de 70 e o início dos anos 80, a conjuntura internacional sofreu diversas alterações que resultaram, em seu conjunto, a redução do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Como medida desta realidade, ao longo do período de 1960 a 1973 a taxa média de crescimento destes países foi de 2,6%, caindo no período de 1973 a 1984 para 0,9% (RODRIK, 2000: 6). Como resultado deste desempenho, a estratégia de desenvolvimento baseada numa visão cética quanto às virtudes do livre mercado, caracterizada pela intervenção estatal, protecionismo, substituição de importações e nacionalismo, deu lugar a um novo paradigma de tendências liberais, posteriormente chamado de Consenso de Washington.

É necessário, antes de aprofundar-se a análise a respeito do Consenso de Washington, descrever os fatores que desencadearam a mudança da conjuntura internacional a partir do início dos anos 70 e sua influência para a crise do modelo intervencionista. De forma sumária, os principais acontecimentos que influenciaram este processo e que limitaram a eficácia da ação estatal podem ser apresentados da seguinte forma<sup>7</sup>:

- Crescimento da volatilidade de taxas de juros e câmbio a partir de 1971, em virtude do fim conversibilidade do dólar norte-americano com o ouro que significou a ruptura do Sistema Cambial de Bretton Woods.
- Mudanças do padrão de fluxos de capital geradas por desequilíbrios nas contas externas:
  - aumento e posterior queda dos superávites dos países da OPEP, tendo em vista às alterações no preço do petróleo;
  - retração dos fluxos de capital para a América Latina nos anos 80 em virtude da crise da dívida;
  - aumento do déficit orçamentário dos EUA que reverteu a sua posição externa, passando a tomador líquido de fundos no mercado internacional;
  - crescimento dos superávites comerciais da Europa e Japão.
- Tendência da desregulamentação dos mercados financeiros domésticos, com a liberalização dos fluxos de capitais.
- Acelerado processo de inovação tecnológica em telecomunicações e informática, no que tange a efetivação das transações econômicas.

---

<sup>7</sup> A análise empreendida nesta seção segue a abordagem de STUDART (1997).

Os acontecimentos acima demonstram que a década de 70 presenciou a transformação do sistema monetário internacional, através da adoção de regimes de câmbio flutuante pelas principais economias, notadamente EUA, Japão e Alemanha, e a liberalização dos fluxos de capitais. Esta mudança aumentou o risco cambial das operações financeiras entre os grandes centros financeiros e, também, o risco relativo aos financiamentos sindicalizados<sup>8</sup>, concedidos aos países em desenvolvimento, em virtude da instabilidade das taxas de câmbio entre as principais moedas. Este processo deu origem a diversas inovações financeiras que visam a segregação do risco cambial, tais como os derivativos<sup>9</sup> e as operações de securitização dos títulos de dívida.<sup>10</sup> Na verdade, os instrumentos de captação de poupança externa pelos países em desenvolvimento modificaram-se radicalmente a partir da década de 80, possibilitando uma maior oferta de recursos conjugada com maior instabilidade dos fluxos de capitais.<sup>11</sup>

Complementarmente, ao longo dos anos 70 e 80, ocorreram desequilíbrios nas contas externas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O período presenciou dois choques do petróleo que beneficiaram a posição externa dos países produtores e, posteriormente, ao longo dos anos 80, o surgimento da tendência gradual de redução dos preços do petróleo. Além disso, o balanço de transações correntes dos EUA passou de uma posição superavitária nos anos 60, para o de maior devedor mundial em termos absolutos no início dos anos 80, causando de forma direta o crescimento dos superávites comerciais da Europa e Japão. No início dos anos 80, houve, também, a eclosão da crise da dívida externa dos países latino-americanos que, em virtude da mudança da política monetária norte-americana no período de 1979 a 1982, gerou a drástica elevação dos encargos de suas dívidas e a paralisação da concessão de novos créditos.

O mesmo período presenciou o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem o processamento e a transferência instantânea de quantidades quase infinitas de informações, o que garantiu a agilização e a redução dos custos da aplicação das inovações financeiras.

O resultado comum destes fatores foi o enfraquecimento do papel gestor do Estado, de acordo com o papel prescrito pelo paradigma desenvolvimentista, o que acabou por gerar a crise de financiamento dos dispêndios públicos, necessários

---

<sup>8</sup> Operações em que as instituições bancárias fornecem crédito diretamente às empresas ou governos, incorrendo, assim, com todo o risco da operação (STUDART, 1997: 56-7).

<sup>9</sup> Os derivativos são instrumentos de segregação de risco na qual a valorização de um ativo é consequência – deriva – da valorização de outros ativos; os principais tipos de derivativos são os contratos futuros, opções e *swaps*. Para uma abordagem detalhada sobre derivativos ver SILVA NETO (1997).

<sup>10</sup> Chama-se por securitização, as operações de venda de títulos realizadas através de empresas de propósito exclusivo que segregam o risco das emissões em uma entidade jurídica independente, normalmente situada em paraísos fiscais, e que possibilita a obtenção de garantias colaterais de agentes financeiros. As instituições bancárias encarregam-se apenas da montagem das operações, concessão de garantias colaterais e a colocação dos papéis no mercado, deixando de ter a sua remuneração vinculada ao diferencial das taxas de captação e empréstimo, passando a ser relacionada com a prestação dos serviços financeiros. O risco das operações é repassado diretamente aos investidores finais, normalmente fundos de pensão e fundos mútuos de investimento, que têm interesse em investimentos de longo prazo e baixo risco (STUDART, 1997: 20-4).

<sup>11</sup> Como demonstra a trajetória dos anos 90 caracterizada por períodos de grande liquidez seguidos por crises de fuga de capitais.

para a efetivação de investimentos e políticas sociais. Destaque-se que a mudança da conjuntura internacional a partir dos anos 70 teve impacto diferenciado entre os países subdesenvolvidos. Enquanto diversos países asiáticos adaptaram-se à contento a estas alterações, sendo os casos mais flagrantes dos países asiáticos de industrialização recente – Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Singapura, Indonésia, Tailândia e China; os países latino-americanos submergiram em um período de inflação crescente, instabilidade política e de embate social em busca de uma nova estratégia de desenvolvimento.

#### 4. O Novo Paradigma Liberal ao Desenvolvimento

Ao final da década de 70 as forças políticas à direita do espectro político dos EUA e Reino Unido, respectivamente o partido republicano norte-americano e o partido conservador britânico, conseguiram chegar ao poder sustentando um ideário crítico ao legado das políticas keynesianas. A instabilidade verificada nos países centrais a partir da década de 70, com a conjuntura de crescente inflação e estagnação econômica, conhecida por estagnação<sup>12</sup>, resultou no sucesso da direita conservadora em angariar a confiança de grandes parcelas do eleitorado, imputando como causa da crise as políticas intervencionistas.

No campo acadêmico, o desafio às teses keynesianas estavam fortalecendo-se desde os anos 60, através das idéias monetaristas defendidas por Milton Friedman. O ataque monetarista ao keynesianismo foi direcionado contra a hipótese da Curva de Phillips, segundo a qual haveria um *trade-off* relativamente estável entre inflação e desemprego, que permitiria às autoridades econômicas decidirem, entre um leque de combinações de inflação e nível de emprego, as políticas fiscal e monetária mais adequadas aos seus objetivos.

A tese monetarista questionava a existência de uma relação duradoura entre inflação e emprego; no curto prazo esta dicotomia poderia ocorrer em função de erros dos agentes em aferirem corretamente o nível de preços real da economia. Contudo, no longo prazo, os agentes, à medida que percebam que as suas estimativas estão equivocadas, irão ajustar seus preços e salários na mesma proporção da variação inicial do estoque monetário, cancelando qualquer efeito real. Em termos de política econômica, a melhor opção seria seguir uma política passiva, mediante a manutenção dos saldos monetários constantes, abdicando-se de uma estratégia de sintonia fina como a defendida pelos keynesianos.

Friedman, em sua histórica aula magna realizada em 1968 para a Associação Americana dos Economistas, ao lançar as bases do seu ataque à Curva de Phillips, fez o prognóstico de que as políticas keynesianas implementadas ao longo dos anos 60 gerariam, no futuro próximo, apenas a tendência de alta da inflação,

---

<sup>12</sup> Em 1980, a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor alcançou 18% no Reino Unido e 13% nos EUA (KRUGMAN, 1997: 53 e 209).

sem a contrapartida no nível de renda e emprego. A correção do prognóstico de Milton Friedman para os anos 70, fez com que as idéias monetaristas deixassem de ser consideradas extremistas e passassem a ser incorporadas aos currículos de estudo das principais universidades norte-americanas e européias, atraindo um número crescente de jovens pesquisadores.

Logo a seguir, já nos anos 70, um novo desafio à teoria keynesiana surgiria a partir da análise da forma com a qual os agentes formam as suas expectativas. Utilizando a abordagem iniciada por Richard Muth no início da década de 60, um grupo de economistas, sob a liderança de Robert Lucas e Thomas Sargent, introduziu a hipótese das expectativas racionais na abordagem macroeconômica convencional. A escola das expectativas racionais desenvolveu o conceito de que agentes racionais tomam as suas decisões a partir da análise de todas as informações disponíveis no momento. Não sendo razoável considerar que os agentes irão incorrer em erros de previsão, quando sujeitos a acontecimentos repetitivos; e sim que à medida que tomam contato com algum tipo de situação sistemática, eles tenderão a compreender a dinâmica de sua ocorrência. No exemplo do próprio Lucas (KLAMER, 1982: 44-5), os moradores de uma cidade como Londres, em virtude do seu alto índice de precipitação pluviométrica, têm menor probabilidade de serem pegos de surpresa sem um guarda-chuva do que os habitantes de uma localidade ensolarada. Da mesma forma, os agentes que são sujeitos a uma política econômica nos moldes keynesianos tenderão a introduzir em suas expectativas o comportamento sistemático do governo, antecipando qualquer medida a ser implantada.

A implicação da hipótese das expectativas racionais para a política econômica é a de que a eficácia da política governamental não será restringida por um fator cronológico específico, como defendido pelos monetaristas através da diferenciação entre curto e longo prazo, mas sim pela capacidade dos agentes decodificarem o comportamento sistemático do poder público. Além disso, o modelo desenvolvido por Thomas Sargent e Neil Wallace, utilizando a premissa das expectativas racionais, chega à conclusão que, além de ineficaz, a intervenção governamental também é contraproducente, em virtude de elevar o grau de incerteza do sistema econômico. Em virtude desta visão cáustica quanto à capacidade gestora do Estado, os economistas que seguem a escola das expectativas racionais foram denominados de novos-clássicos.

De forma diversa da teoria keynesiana que rescindia de bases microeconômicas que explicassem a ocorrência das falhas de mercado de seus modelos, a abordagem monetarista e novo-clássica tinha sua fundamentação teórica amparada pelas premissas do pensamento microeconômico marginalista. Pode-se afirmar que, do ponto de vista científico, a sedução da abordagem monetarista e novo-clássica provinha de sua elegância interna, oriunda da utilização de uma abordagem teórica única para os fenômenos micro e macroeconômicos.

O desenvolvimento teórico monetarista e novo-clássico desencadeou a reorientação da teoria econômica convencional, àquela apresentada nos livros textos e ministrada nos principais centros de ensino, em direção de idéias com forte conotação liberal, em detrimento da perspectiva keynesiana. No final dos anos 70 e início dos 80, o pensamento liberal era o lado das novas idéias no contexto teórico, havendo conservadores mais exaltados que pregavam a derrocada do legado de Keynes.

Contudo, apesar de sua vinculação ideológica, as políticas adotadas pelos governos conservadores nos Estados Unidos e no Reino Unido não seguiram fielmente



as idéias de monetaristas e novos-clássicos; ao contrário, a contenção da inflação destes países foi conseguida graças à ativa administração da liquidez monetária pelos seus bancos centrais.<sup>13</sup> As medidas de maior importância das administrações conservadoras foram centradas na desregulamentação dos mercados, através da limitação das normas que reduziam a concorrência em mercados como o financeiro, transportes e de serviços de saúde, a privatização de empresas estatais<sup>14</sup> e a redução da carga tributária.<sup>15</sup>

No contexto latino-americano, a superação do modelo desenvolvimentista e a adoção do novo paradigma liberal foram resultado da mudança da conjuntura internacional a partir da década de 70, conforme visto na seção anterior, conjugada com o desafio teórico liberal e as políticas conservadoras implantadas, inicialmente, nos EUA e Reino Unido.

Neste processo, a derrocada do sistema de planificação central no final da década de 80 fortaleceu as idéias pró-mercado, servindo de exemplo sintomático da ineficácia da gestão governamental. De forma inversa, a trajetória de crescimento acelerado de diversos países do leste asiático, desencadeada graças às oportunidades surgidas com o crescimento do comércio internacional a partir dos anos 80<sup>16</sup>, foi apresentada como exemplo do êxito da estratégia de inserção ao fluxo de trocas internacional.

Ao final da década de 80, o ideário liberal desfrutava de alto grau de apoio entre a comunidade acadêmica, agentes financeiros e condutores de política econômica – *policy makers* – ao redor do mundo, e desta forma serviria como base conceitual das reformas implantadas em grande parte dos países subdesenvolvidos. O papel do Fundo Monetário Mundial e do Banco Mundial teve importância crucial para a sedimentação dessas idéias, ao vincular a aprovação de suas linhas de financiamento à adoção de programas de estabilização que seguissem o novo paradigma.

O consenso liberal, desenvolvido ao longo da década de 80 e cristalizado a partir da derrocada do sistema de planejamento central do leste europeu, foi analisado e interpretado por diversos autores, entre os quais se destaca John Williamson<sup>17</sup> que cunhou em 1990 a expressão “Consenso de Washington”. Esta denominação tinha o objetivo de relacionar o novo paradigma liberal dos anos 80 às instituições multilaterais do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, sediadas na cidade de Washington, nos Estados Unidos, e o Departamento do Tesouro Norte-americano.

---

<sup>13</sup> A contenção do processo inflacionário nestes países foi conseguida graças à severa recessão econômica durante o período 1979-1983, desencadeada pela elevação da taxa de juros para patamares superiores a um dígito pelo Federal Reserve norte-americano e o Banco da Inglaterra britânico. Para a abordagem novo-clássica a redução da inflação nestes países poderia ser conseguida sem elevado custo social, sendo necessário apenas uma política monetária passiva caracterizada pela manutenção dos saldos monetários reais constantes, independentemente do estado conjuntural da economia (KRUGMAN, 1997: 239-67).

<sup>14</sup> Programa emblemático do governo conservador do Reino Unido.

<sup>15</sup> A reforma tributária do governo Reagan reduziu a taxa de impostos do 1% de famílias mais ricas de 36,5% para 26,7% em 1989 (KRUGMAN, 1997: 188).

<sup>16</sup> As exportações mundiais tiveram o crescimento médio anual de 5,49% de 1980 a 1999 (W TO, 2000).

<sup>17</sup> Ver STIGLITZ (1998b).

Esta vinculação tinha pertinência em função dessas instituições serem os principais indutores da adoção do paradigma liberal nos países em desenvolvimento.

É importante, contudo, não relacionar-se exclusivamente a adoção do paradigma liberal a pressões externas, já que estas idéias angariaram ampla concordância de grandes parcelas das forças sociais destes países. Na medida que o paradigma desenvolvimentista deixou de ser uma alternativa viável, em virtude da mudança da conjuntura internacional dos anos 70, o paradigma liberal tornou-se uma alternativa de estratégia de desenvolvimento referendada pelas instituições multilaterais e pelo governo norte-americano, e que possuía legitimidade popular para sua implantação.<sup>18</sup>

De forma sucinta, o Consenso de Washington compreendia quatro pressupostos: estabilidade macroeconômica, privatização, desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira. A estabilidade macroeconômica tinha como prioridade a manutenção da inflação em patamar inferior a um dígito ao ano, sendo relegado, de acordo com a experiência latino-americana de países como a Argentina, Brasil e Bolívia, a causa do descontrole de preços ao desequilíbrio das finanças públicas. Dessa forma, os planos de estabilização deveriam ser embasados em programas de equilíbrio fiscal que visassem a adoção de um novo padrão de administração pública que priorizasse o equilíbrio das contas governamentais, compreendendo a redução de despesas, o incremento da eficiência da gestão pública e a reforma dos sistemas tributários, através da ampliação da base de arrecadação e a minimização da fuga fiscal.

A redução da participação do Estado como agente produtivo, em setores passíveis de atuação privada, era outro pressuposto do novo ideário. Como visto, a busca do equilíbrio fiscal era considerada condição básica para a estabilidade macroeconômica, sendo necessárias medidas de adequação das contas públicas. A privatização das empresas estatais desempenhava neste processo dois papéis; o primeiro seria possibilitar a redução do endividamento público, através da utilização das receitas das vendas na amortização da dívida mobiliária do governo<sup>19</sup>; o segundo seria permitir a elevação da produtividade da economia ao repassar-se a administração dessas empresas aos agentes privados. Assim, a privatização permitiria a reforma da estrutura produtiva desses países, em direção a uma melhor aplicação dos fatores de produção, graças aos incentivos de mercado existentes com a gestão privada.

Na medida que a eficiência econômica era considerada como o fator determinante ao desenvolvimento, a desregulamentação dos mercados seria fator necessário para o surgimento de incentivos à elevação da eficiência produtiva, mediante uma maior liberdade dos agentes na determinação de suas ações no mercado. Neste sentido, diversas estruturas legais, oriundas de uma visão restritiva quanto à capacidade de auto-regulação dos agentes, deveriam ser alteradas ou suprimidas, de modo a permitir maior liberdade aos agentes privados. Um exemplo deste tipo de medida foi a desregulamentação do setor aeronáutico norte-americano que eliminou os entraves à atuação das empresas aéreas em diversas rotas e a fixação de

---

<sup>18</sup> O ideário do Consenso de Washington surgiu em meio ao processo de redemocratização da América Latina e de crescente abertura política de diversos países do leste asiático.

<sup>19</sup> A dívida mobiliária diz respeito às exigibilidades do poder público em forma de títulos transacionados no mercado através de operações de *open-market*.

seus preços, dando origem a formas alternativas de atuação no setor, como as promoções por milhagem adicional, a adoção de padrões diferenciados de atendimento (passagens executivas e linhas econômicas) e a concessão de descontos em rotas de baixa demanda.<sup>20</sup>

A abertura do mercado doméstico era outra medida defendida pelo Consenso de Washington que visava fortalecer a eficiência da alocação dos fatores de produção. O livre comércio é um dos cerne do pensamento liberal e da própria teoria econômica, tendo sua origem em Adam Smith e David Ricardo. Na medida que todos os países possuem vantagens comparativas em relação aos seus parceiros comerciais, é do próprio interesse nacional a especialização na produção de bens em que possui-se maior eficiência.<sup>21</sup> O bem estar econômico será maximizado em virtude de possibilitar-se a aquisição de bens e serviços que, se produzidos domesticamente, teriam custo e qualidade inferiores aos estrangeiros. Ao mesmo tempo, a utilização dos fatores nacionais deve ser priorizada ao processamento de produtos em que o país tem maior eficiência alocativa, permitindo, assim, o desenvolvimento dos setores em que a produção nacional teria maior capacidade de inserção internacional.

No caso dos países latino-americanos, a abertura dos mercados nacionais à uma maior concorrência externa ia em direção contrária à estratégia desenvolvimentista seguida nas décadas anteriores, caracterizada pelo protecionismo alfandegário, que permitiu a industrialização de diversos países da região, como Brasil, México e Argentina. A proteção das indústrias nacionais ao longo de diversas décadas – muitas delas subsidiárias de multinacionais instaladas na América Latina – resultou na crescente defasagem em relação ao padrão tecnológico e organizacional existente nos países desenvolvidos. A ampliação deste diferencial significou o crescente custo social com a manutenção do protecionismo, oriundo da ineficiência alocativa, sendo requerido a redução das alíquotas de importação e a minimização de barreiras não tarifárias. Verificou-se, assim, a tendência generalizada dos países subdesenvolvidos reduzirem o protecionismo de suas economias, objetivando a elevação da produtividade que garantiria o crescimento sustentado a longo prazo.

Os custos sociais envolvidos com a realocação intra-setorial de fatores, entre os setores que dispunham de menores vantagens comparativas para os de maiores vantagens comparativas, eram considerados pouco representativos. Isto em virtude do pressuposto que a aceleração do crescimento econômico, desencadeado pela abertura comercial, minimizaria possíveis custos sociais. Quando existentes, não perdurariam por muito tempo, pois os agentes tenderiam a adaptarem-se à nova estrutura produtiva da economia, deslocando-se para atividades com maiores oportunidades e qualificando-se profissionalmente. Ou seja, uma possível elevação da taxa de desocupação no mercado de trabalho seria transitória e friccional, perdurando até que ocorresse a plena transferência dos trabalhadores dos setores em crise para os novos setores de alto potencial de crescimento.

---

<sup>20</sup> Ver KUTTNER (1996: 324-42).

<sup>21</sup> A atratividade do livre comércio é válida considerando diferenciais de produtividade e custo entre países, o caso das vantagens absolutas, como, também, através da especialização na produção de bens em que se possui maiores vantagens comparativas, ou seja, a produção dos bens em que haja maior diferencial de produtividade e custo.

Contudo, apenas a liberalização das trocas de bens e serviços, numa conjuntura de crescente integração financeira e mobilidade dos capitais, não seria suficiente para a dinamização do crescimento das economias subdesenvolvidas. A liberalização financeira seria um instrumento que permitiria aos países à margem do sistema financeiro internacional beneficiarem-se do crescente interesse dos investidores na diversificação de seus ativos. No início da década de 90, o crescimento dos fluxos de capitais em direção aos denominados países “emergentes” era impulsionado pela busca por opções de investimentos que possibilitassem taxas de rentabilidade adequadas ao nível de risco envolvido com as aplicações.<sup>22</sup> A atração dos investidores internacionais seria impulsionada pela adoção de medidas que promovessem a confiabilidade dos mercados, compreendendo a edificação de estruturas financeiras e legais que garantissem os direitos destes investidores.

Entre as reformas defendidas, a livre conversibilidade da moeda nacional teria papel crucial, em virtude de garantir aos investidores a opção de retirarem-se do mercado doméstico, em caso de reversão de suas expectativas. Isto só seria possível através do desenvolvimento de um mercado cambial autônomo que retirasse o poder discricionário das autoridades monetárias – o banco central – sobre a remessa de recursos ao exterior.<sup>23</sup> Por outro lado, a abertura do mercado doméstico à atuação de instituições financeiras estrangeiras garantiria a adoção de instrumentos e técnicas modernos que agilizariam o desenvolvimento do *know-how* financeiro do país. Complementarmente, a atuação em um ambiente de maior concorrência possibilitaria a redução dos custos transacionais e estimularia a adoção dos novos instrumentos financeiros pelos bancos nacionais.<sup>24</sup> Por fim, o novo sistema exigiria a adoção de normas contábeis e a transparência das informações em moldes semelhantes aos seguidos nos grandes centros financeiros.

Quanto maior o comprometimento das nações subdesenvolvidas na liberalização de seus mercados financeiros e no resguardo dos direitos dos investidores externos, maior seria a sua capacidade de atrair capitais. Em virtude da recorrente baixa taxa de poupança das nações subdesenvolvidas, a possibilidade de obtenção de investimentos externos seria uma opção para se impulsionar o crescimento destas economias. Como os investimentos seriam preponderantemente privados, alegava-se que o desenvolvimento de uma infra-estrutura regulatória para o mercado financeiro, à exemplo da existente nos países desenvolvidos, poderia ser precedida pela liberalização. Situações tradicionais de crises originadas por surtos especulativos, assim, como os riscos envolvidos com investimentos sem margens de segurança adequadas, eram considerados problemas que poderiam ser tratados com menor urgência, frente aos benefícios imediatos possíveis com a liberalização. Além disso, como os investimentos seriam privados, a ocorrência de crises deveria ser administrada pelos próprios participantes do mercado, não cabendo ao poder público intervir nas decisões tomadas por investidores racionais.

---

<sup>22</sup> O risco soberano de um país é aquele relativo aos fatores macroeconômicos e políticos que podem determinar condicionalidades na remessa ao exterior dos capitais aplicados no mercado financeiro doméstico.

<sup>23</sup> Evidentemente, o poder discricionário do poder público se faria sentir através de normas que disciplinariam a transferência de recursos ao exterior, objetivando controlar operações ilegais como a remessa de recursos provenientes da sonegação fiscal e do tráfico de drogas.

<sup>24</sup> Por novos instrumentos financeiros entendem-se inovações desenvolvidas a partir da década de 80 nos mercados nova-iorquino e londrino, como os mercados de futuros, derivativos e de títulos securitizados.

A adoção das políticas prescritas pelo Consenso de Washington variou de país para país. No caso da América Latina, em virtude da crise enfrentada ao longo dos anos 80, as idéias liberais tenderam a serem seguidas com maior fidelidade. Os casos de México e Chile foram de países que já em meados da década de 80 seguiam as políticas de abertura comercial, privatização e equilíbrio fiscal. A Argentina, após o fracasso do plano Austral, iniciou em 1992 a sua estratégia de estabilização utilizando o mecanismo do *currency board*, abrindo mão da independência da condução de políticas monetárias ativas, em benefício do controle inflacionário. O Brasil, já em 1990, iniciou ações voltadas para a abertura do seu mercado doméstico, através da redução da proteção tarifária, e a privatização. A efetivação definitiva seria realizada em 1994 com o Plano Real que utilizou a política cambial, com flexibilidade maior que nos casos da Argentina e México, como instrumento para a estabilização de preços, conjugada com diversas reformas constitucionais, algumas delas ainda em andamento, que visavam a desregulamentação econômica, supressão de monopólios e o equilíbrio das contas públicas.

No caso dos países asiáticos houve maior amplitude de aderência ao Consenso de Washington. Os países do sudeste asiático que desfrutavam de altas taxas de crescimento, conhecidos por "tigres asiáticos", tenderam a seguir mais à risca a liberalização financeira, visando a atração dos capitais externos. A abertura do mercado doméstico, no concernente às alíquotas aduaneiras, já era praticada em padrões internacionais nestes países, mantendo-se, contudo, práticas de proteção não tarifárias, como regulações, cotas e, principalmente, o entrelaçamento dos órgãos públicos com grupos industriais e financeiros nacionais. Por outro lado, a China, que ao final dos anos 70 passou a desfrutar de taxas de crescimento superiores a 10% ao ano, seguiu uma estratégia híbrida, pois ao mesmo tempo em que abriu o seu mercado aos investimentos externos diretos, manteve parte de suas empresas estatais e não liberalizou o seu mercado financeiro. A Índia seguiu uma estratégia mais aberta que a chinesa quanto à privatização e a abertura do mercado doméstico, mas também não seguiu os ditames da liberalização financeira, mantendo diversas estruturas burocráticas e regulatórias.<sup>25</sup>

## 5. A Instabilidade do Sistema Monetário Internacional nos Anos 90 e a Superação do Paradigma Liberal

O desempenho da economia mundial ao longo dos anos 90 foi caracterizado pela relativa estabilidade macroeconômica dos países centrais, com os EUA se destacando pelo crescimento superior à sua média histórica<sup>26</sup>, o Japão mantendo taxas anuais de evolução do produto interno em torno de 1%<sup>27</sup> e a União Européia, em

---

<sup>25</sup> Ao longo do período de 1982 a 1999, as economias chinesa e indiana cresceram à taxa média anual de 10,0% e 5,7% respectivamente (IMF, 2000).

<sup>26</sup> Crescimento médio do PIB de 3,6% e inflação média de 2,6% ao longo do período de 1992 a 1999 (IMF, 2000).

<sup>27</sup> Uma forte redução em relação à média de 4,2% ao longo do período de 1982 a 1991 (IMF, 2000).

meio ao processo de integração monetária, seguindo uma trajetória intermediária em relação às performances norte-americana e japonesa. O crescimento econômico global evoluiu à taxa anual média de 3,2%, o comércio internacional se expandiu a 5,6% ao ano e a participação da população dos países em desenvolvimento com renda inferior a US\$ 1 ao dia foi reduzida de 30% para 24% ao final dos anos 90, apesar de em termos absolutos ter sido mantida estável em 1,3 bilhão de pessoas.<sup>28</sup> Embora este desempenho não represente um retrocesso em relação às décadas anteriores, a ocorrência de severas crises cambiais e financeiras neste período resultou na elevação da instabilidade do sistema monetário internacional.

Os anos 90 foram assolados por quatro crises, distintas em termos cronológicos, que podem ser analisadas como um conjunto único de acontecimentos em função de suas características similares. A primeira foi o colapso do sistema monetário europeu em 1992 que estabelecia bandas de variação de 2,25% para as taxas de câmbio dos países integrantes da União Européia em relação ao marco alemão (EICHENGREEN, 1996: 163). A política monetária restritiva do Bundesbank – o banco central alemão – no início da década de 90, em virtude da integração dos territórios do leste, resultou na pressão sobre os outros países europeus em seguirem políticas monetárias restritivas, como forma de se manter as paridades cambiais dentro dos limites estabelecidos pelo sistema monetário europeu. Países como o Reino Unido, Itália e França que naquele momento sofriam de altas taxas de desemprego, em razão da recessão do período 1990/1991, teriam que elevar as suas taxas de juros em meio a uma conjuntura recessiva e de efervescência política.

O custo social envolvido com a manutenção da política cambial dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de bandas emitiu o sinal aos agentes das oportunidades de ganhos com a arbitragem de taxas de câmbio, iniciando um processo de corrida contra a libra inglesa e a lira italiana, países vistos como mais fragilizados. Em setembro de 1992, após uma inútil tentativa do Banco da Inglaterra em manter o valor da libra estável, com perdas de reservas de US\$ 30 bilhões, o Reino Unido adotou o regime de câmbio flexível. Do mesmo modo, a Itália foi obrigada a optar pela flexibilização cambial, mantendo-se, contudo, vinculada ao processo de integração monetária. A França manteve o franco atrelado ao marco alemão graças à intervenção conjunta das autoridades monetárias francesas e alemãs e da política monetária restritiva que resultou na manutenção da taxa de desemprego do país em mais de 10% por toda a década de 90.<sup>29</sup>

Os resultados do processo traumático de desvalorização forçada da libra foram mais favoráveis à economia britânica que o esperado. Após a desvalorização em torno de 15% da moeda, o Reino Unido entrou em um ciclo de crescimento acelerado<sup>30</sup>, puxado pelo dinamismo das exportações, com a manutenção da inflação no patamar médio de 2,7%. A taxa de desocupação no mercado de trabalho foi reduzida de 9,6% em 1992 para 4,4% em 1999, o patamar mais baixo dos últimos trinta anos na economia britânica e um dos menores da Europa.

---

<sup>28</sup> Os dados estatísticos desta seção são provenientes do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio.

<sup>29</sup> Para uma análise aprofundada da crise do sistema monetário europeu ver EICHENGREEN(1996: 171-81).

<sup>30</sup> A economia britânica cresceu à taxa média de 2,8% ao longo do período de 1993 a 1999 (IMF, 2000).

A crise mexicana, desencadeada em janeiro de 1995, foi a segunda instabilidade cambial de grandes proporções dos anos 90. A corrida contra a moeda nacional – o peso mexicano – deu-se com a tentativa mal sucedida de efetuar-se uma desvalorização controlada de 15%. A estratégia mexicana, desde a segunda metade da década de 80, foi a de utilizar a política cambial como um instrumento de contenção das pressões inflacionárias, o que resultou numa tendência de valorização da moeda nacional em termos reais<sup>31</sup> e o desequilíbrio das contas do país. O crescente déficit de transações correntes que chegou a 8% em 1993 era bancado com a captação de recursos externos no mercado internacional. Neste processo, o governo e o setor privado do México elevaram a sua exposição ao risco cambial, estando susceptíveis à inadimplência de suas obrigações face a uma desvalorização do peso de grandes proporções. A crescente fragilização das contas externas do país, conjugada com problemas políticos internos, como o assassinato do candidato à presidência Donaldo Colosio e a revolta de Chiapas<sup>32</sup>, resultaram que ao longo do segundo semestre de 1994 crescessem as pressões sobre o governo mexicano pela mudança da política cambial. Do mesmo modo como no caso europeu em 1992, o governo mexicano tentou vender a imagem de aversão à opção de desvalorização do peso, enquanto multiplicavam-se análises quanto ao risco de uma crise cambial.

O pináculo das expectativas desfavoráveis ocorreu em janeiro de 1995, quando deu-se a tentativa de desvalorização controlada de 15%, em meio à conjuntura de fuga de capitais e perda das reservas do país. O resultado foi o denominado “efeito ultrapassagem” da taxa de câmbio<sup>33</sup>, com a desvalorização imediata de 50% e a elevação da taxa de juros para 75% ao ano. Ao contrário da experiência britânica, os resultados da flutuação do peso foram desastrosos para a economia mexicana. A retração do produto interno em 1995 foi de 6,2%, taxa maior que a contração verificada na crise da dívida em 1982, e a inflação empreendeu uma trajetória de aceleração, alcançando 34,8% pelo índice de preços ao consumidor, uma forte elevação frente aos 7% registrados em 1994.

A crítica situação do país fez com que os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional elaborassem um programa de medidas que possibilitasse prover liquidez em moeda forte – dólares norte-americanos – ao banco central mexicano. Em virtude da maioria conservadora no congresso norte-americano ser contrária à

---

<sup>31</sup> De acordo com o conceito da paridade do poder de compra da moeda, a taxa de câmbio de equilíbrio de duas nações tende a seguir o diferencial de variação de preços das suas economias. Quanto maior for a elevação dos preços domésticos em relação à variação dos preços externos, menor será o valor da moeda nacional em relação à moeda de troca internacional. Contudo, se a política econômica priorizar a manutenção da paridade cambial em desacordo com o diferencial inflacionário entre os dois países, a moeda nacional poderá tornar-se *sobrevalorizada* em relação à sua posição de equilíbrio, resultando no crescimento do déficit (ou redução do superávit) de transações com o exterior e a tendência de desvalorização cambial. (MACEDO, L.O.B., 1996).

<sup>32</sup> A revolta de Chiapas foi resultado da sublevação de parte da população de etnia índia do estado de Chiapas, situado ao sul do território mexicano, contra o estado de pobreza e estagnação da região.

<sup>33</sup> O “efeito ultrapassagem” diz respeito ao modelo desenvolvido pelo economista Rudiger Dornbusch que estabelece que os ajustamentos no mercado cambial tendem a ser superiores aos relacionados com a posição de equilíbrio a longo prazo da taxa de câmbio. Na medida que o mercado de bens e serviços ajusta-se às políticas econômicas que deram origem à alteração da paridade cambial, há uma tendência gradativa de variação do nível de preços que acarreta o retorno da taxa de câmbio à sua posição de equilíbrio a longo prazo (MACEDO, L.O.B., 1996).

liberação de recursos orçamentários ao auxílio de uma nação estrangeira, foi necessário ao governo dos Estados Unidos utilizar os recursos discricionários do Fundo de Estabilização Cambial, disponíveis às autoridades monetárias norte-americanas para a intervenção nos mercados de divisas. Em conjunto com os recursos colocados à disposição pelo Fundo Monetário Internacional, foram liberados ao México mais de US\$ 50 bilhões para se fazer frente ao movimento de fuga do mercado local. Apesar de não impedir a contração econômica em 1995, o programa de estabilização garantiu, após alguns meses, a reversão das expectativas dos agentes, o que permitiu a retomada do crescimento de 5,1% em 1996 e 6,8% em 1997.

A crise mexicana resultou em reflexos negativos para a situação externa dos países latino-americanos em geral. A reversão das expectativas dos investidores quanto ao México fez com que houvesse a retração do interesse nos mercados da América Latina; isto tanto em virtude da deficiência dos investidores em distinguirem as características específicas de cada país da região, como em decorrência da tentativa de fazer-se frente às perdas incorridas através da realização de ativos com possibilidade de lucro. Este processo foi especialmente severo para a Argentina que implantara o sistema de *currency board*, cujo funcionamento estabelece que a quantidade de pesos em circulação deve ter a mesma contrapartida de dólares norte-americanos em reserva pelo banco central. A livre conversibilidade do peso resultou que na medida que os investidores, estrangeiros ou domésticos, iniciaram o movimento de fuga do mercado argentino, houvesse na mesma proporção, a redução da base monetária em circulação, implicando na elevação das taxas de juros e na redução da liquidez da economia. À medida que a redução da liquidez acentuou-se, a pressão sobre o sistema financeiro argentino aumentou, em virtude da impossibilidade do banco central prover liquidez, mediante a emissão de pesos, sem a contrapartida de dólares em reserva. Como meio de evitar-se uma crise sistêmica de quebra generalizada dos bancos argentinos, foi estruturada uma linha de US\$ 12 bilhões pelo Banco Mundial, com o objetivo de prover liquidez ao sistema bancário do país. A liberação rápida dos recursos permitiu a reversão da crise financeira, não evitando, contudo, a retração do produto interno bruto de 2,8% em 1995 (KRUGMAN, 1999: 52-9).

Após dois anos de relativa estabilidade internacional, a crise asiática teve seu início em julho de 1997 com a desvalorização do baht – moeda da Tailândia – que suscitou a fuga de capitais da região e o colapso das moedas de Coreia do Sul, Malásia, Indonésia e Filipinas. Taiwan, oficialmente uma província chinesa, e Hong-Kong, território chinês autônomo, apesar de sofrerem pressões sobre as suas moedas, conseguiram defender os seus regimes cambiais mediante a elevação da taxa de juros. Outros países da região que não haviam liberalizado os fluxos de capitais, mantendo controles sobre a remessa de divisas, como os casos de China e Índia, apesar de não sofrerem desvalorizações cambiais, receberam influências negativas da crise. A retração econômica gerou a perda de dinamismo do comércio exterior da região, sendo que no caso chinês isto foi mais prejudicial, em virtude de grande parte de suas empresas serem filiais e prestadoras de serviços de empresas situadas, via de regra, na Coreia do Sul e Japão. Além disso, na medida que as economias vizinhas sofreram grandes desvalorizações, houve a redução da competitividade das exportações dos países que conseguiram manter estável o valor de suas moedas. Conforme pode ser visto na Tabela – 1, a crise resultou em severas retrações econômicas para vários países asiáticos e, de forma geral, significou menores taxas de crescimento para toda a região.



**Tabela 1 - Evolução do produto interno bruto dos principais economias asiáticas**

<i>País</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>
China	8,8%	7,8%
Coréia do Sul	-6,7%	10,7%
Filipinas	-5,4%	3,8%
Hong-Kong	-5,1%	2,9%
Índia	5,8%	4,7%
Indonésia	4,5%	-13,2%
Malásia	7,5%	-7,5%
Singapura	0,4%	5,4%
Tailândia	-1,8%	-10,4%
Taiwan	5,1%	4,4%

Fonte: World economic outlook , International Monetary Fund (2000).

Entre as causas levantadas para a crise destaca-se a liberalização dos mercados financeiros asiáticos, empreendida ao longo dos anos 80 e 90, sem a edificação de um aparato regulatório adequado. O funcionamento de um moderno mercado financeiro requer a existência de instrumentos que garantam a solvência do sistema, incorporando práticas que foram desenvolvidas ao longo de décadas nos principais centros internacionais. Entre os fatores determinantes da fragilidade dos mercados financeiros da região, tem importância crucial a ineficiente regulação governamental sobre o setor, compreendendo o reduzido *kown-how* e independência das agências de supervisão públicas, a inexistência de mecanismos de garantia aos depósitos pelas instituições bancárias e a ineficácia dos sistemas de controle de risco na concessão de créditos. Como conseqüência destas falhas, ao longo dos anos 90 os fluxos de capitais externos foram canalizados para investimentos de baixa produtividade, muitas vezes com rentabilidade inferior ao custo de captação dos recursos, e sem a contrapartida de garantias com margens adequadas de segurança.<sup>34</sup>

O conjunto de incentivos existentes – conhecido por *moral hazard* – estimulou a captação externa de forma pouco conservadora, atitude esta que tinha fundamentação racional, em virtude dos ganhos possíveis com as captações serem superiores aos riscos envolvidos com a inadimplência das obrigações. Se uma operação não fosse bem sucedida, a instituição financeira não sofreria perda elevada, em virtude das normas governamentais estipularem margens reduzidas de capital – *capital requirements* – na concessão das operações de crédito. Os investidores estrangeiros, por outro lado, tinham a expectativa que o poder público estaria comprometimento em garantir o ressarcimento das obrigações externas dos agentes privados domésticos, como meio de manter a confiança dos mercados internacionais no país. A experiência mexicana de 1994/1995 em que o Fundo Monetário Internacional,

<sup>34</sup> Em 1996, na Coréia do Sul os trinta maiores conglomerados apresentavam taxa de retorno inferior ao custo do capital, sendo que sete estavam efetivamente em situação de falência (CORSETTI *et al.*, 1998: 3).

com a participação decisiva do governo norte-americano<sup>35</sup>, forneceu a liquidez necessária aos comprometimentos externos do país, fortaleceu esta percepção ao sinalizar que em caso da ocorrência de crises em outros mercados, as perdas dos investidores seriam minimizadas.

A ampliação da oferta de divisas nos mercados asiáticos gerou a tendência de valorização das moedas nacionais e o incremento da absorção interna – via aquecimento da demanda interna – tendo como consequência o surgimento de desequilíbrios em transações correntes. Os principais países da região, com as exceções de Singapura, China e Taiwan apresentavam déficit no balanço de transações correntes às vésperas da eclosão da crise, como pode ser visto na Tabela 2, onde destaca-se o desequilíbrio de 8,5% da Tailândia, patamar semelhante ao mexicano de 1994. De forma complementar, ao longo de 1995 a 1997 houve a retração da demanda nos países desenvolvidos por produtos eletrônicos, semicondutores em especial, que agravou a posição externa da região. Na mesma direção, a valorização do dólar norte-americano frente ao yen japonês em 1997<sup>36</sup> reduziu a competitividade dos seus produtos frente à concorrência de produtos similares de procedência japonesa. Este fato teve importância relevante em virtude da maioria dos países da região utilizarem o dólar norte-americano como moeda âncora em políticas de câmbio fixo e de bandas cambiais administradas (KRUGMAN, 1999:83-101).

**Tabela 2 - Balanço de transações correntes das principais economias asiáticas (% PIB)**

<i><b>País</b></i>	<i><b>1996</b></i>	<i><b>1997</b></i>
China	0,52%	3,61%
Coréia do Sul	-4,82%	-1,90%
Filipinas	-4,67%	-6,07%
Hong-Kong	-2,43%	-3,75%
Índia	-1,20%	-1,30%
Indonésia	-3,30%	-3,62%
Malásia	-3,73%	-3,50%
Singapura	16,26%	13,90%
Tailândia	-8,51%	-2,35%
Taiwan	4,67%	3,23%

Fonte: International Monetary Fund, apud Corsetti *et al.* (1998).

<sup>35</sup> O nível de comprometimento do governo norte-americano no programa de socorro ao México deu-se em virtude das implicações políticas, econômicas e de segurança nacional de uma possível desagregação social que levasse o país vizinho em direção a soluções radicais e extremistas.

<sup>36</sup> Em 1995 a moeda japonesa alcançou a cotação de 94,1 yens por dólar norte-americano, a mais alta valorização de sua história, caindo em 1997 para a cotação de 121 yens por dólar norte-americano, uma variação de 28,6% (IMF, 2000).

Em meio ao processo de discussão das causas da crise, certas características dos países asiáticos, como o dirigismo estatal, o entrelaçamento das cúpulas dirigentes com grupos industriais e financeiros, e o centralismo tecnocrático, antes propaladas como elementos do sucesso do modelo asiático, passaram a ser consideradas fatores que possibilitaram a formação do *crony capitalism*.<sup>37</sup> Esta denominação passou a referir sistemas econômicos que não operam segundo a prática da sujeição indistinta às leis, comum nos países desenvolvidos, sendo o sucesso das iniciativas comerciais oriundo da capacidade de estabelecer-se redes de relacionamento junto à tecnocracia dirigente do país.

Apesar da validade desta análise para o entendimento das fragilidades do modelo de desenvolvimento asiático, as evidências apontadas por diversos autores<sup>38</sup> demonstram que os acontecimentos de 1997/1998 tiveram maior relação com erros de política econômica cometidos pelos países da região, como a liberalização financeira mal conduzida, a valorização cambial e os desequilíbrios externos. A ênfase nas práticas intervencionistas do modelo asiático não explica a ocorrência e a gravidade da crise. Se as práticas do *crony capitalism* fossem os aspectos de maior relevância, países como China e Índia, caracterizados pela notória falta de transparência do relacionamento público e privado, teriam sofrido efeitos mais severos da instabilidade da região. Ao contrário, os países mais atingidos foram aqueles que mais fielmente seguiram os preceitos defendidos pelo novo ideário liberal, adotando medidas, como a liberalização financeira, sem o adequado desenvolvimento institucional, que acabaram por fragilizar as suas posições externas.

Ao final de 1997 as percepções do desencadeamento da crise já apontavam para a retração da liquidez dos mercados emergentes, o que foi prontamente incorporado às avaliações de *rating*<sup>39</sup> das principais agências de classificação de risco, levando à paralisação do lançamento de novas emissões e a elevação do custo da rolagem dos papéis em circulação. A reversão das expectativas quanto aos prognósticos dos países da região fez com que os investidores buscassem ativos de baixo risco, principalmente títulos do governo norte-americano, refletindo no rápido contágio da crise asiática sobre os mercados da Rússia e Brasil, países que apresentavam dependência do capital externo<sup>40</sup>. Em agosto de 1998, as incertezas quanto aos prognósticos da situação fiscal russa geraram a corrida contra o rublo. Entretanto,

---

<sup>37</sup> Numa tradução literal algo como capitalismo de comparsas.

<sup>38</sup> A tese que a crise asiática foi resultado dos países da região não seguirem as práticas do capitalismo ocidental foi combatida por autores como Paul Krugman, Joseph Stiglitz, Jeffrey Sacks, Dani Rodrik, entre outros. Para maior aprofundamento ver a relação de artigos em referência.

<sup>39</sup> A análise de *rating* tem por objetivo classificar o risco relativo à conjuntura macroeconômica de um país, de acordo com os fatores que podem levar ao não ressarcimento de obrigações estabelecidas com o exterior. As duas principais agências de análise de risco são a Moody's e a Standard and Poors (STUDART, 1997: 38).

<sup>40</sup> A reversão das expectativas dos investidores externos nos mercado da Rússia e Brasil, ao contrário do caso asiático e mexicano, foi desencadeada pela deterioração das contas públicas destes países. O déficit público em relação ao PIB no Brasil alcançou 6,3% em 1997 e 8,1% em 1998, enquanto a Rússia apresentou desequilíbrios de 9,2% em 1997 e 9,1% em 1998. Em relação aos padrões asiáticos, a posição do balanço de transações correntes de ambos os países não apresentava desajustes acentuados, principalmente no caso da Rússia, com superávites de 0,7% e 0,5% do PIB em 1997 e 1998; já a situação brasileira no campo externo não era tão favorável, com déficits de 4,4% em 1997 e 5,0% em 1998 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000; IMF, 2000).

ao contrário das experiências mexicana e asiática, o governo russo optou pela moratória de suas obrigações externas, adotando um programa de alongamento compulsório de dívidas, que ocasionou perdas de bilhões de dólares aos investidores. Como contrapartida, o Fundo Monetário Internacional e o governo norte-americano suspenderam o apoio ao processo de transição do país, cancelando a liberação de novos recursos e negando a adoção de um programa nos moldes mexicano e asiático.

A semelhança da situação fiscal brasileira em relação à conjuntura russa, no tocante ao crescente desequilíbrio das contas públicas, suscitou o aprofundamento da percepção de fragilidade macroeconômica. A elevação da taxa de juros para 41,6% em setembro de 1998, em meio a eleições presidenciais e fuga de capitais, foi o instrumento encontrado para manter-se a política cambial de desvalorização gradual do Real. Contudo, em virtude de não ser condição suficiente para a contenção da fuga de capitais, deu-se início às negociações para a montagem de um programa de estabilização com recursos provenientes do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e dos governos norte-americano, japonês e de países europeus. Os recursos fornecidos pelos governos nacionais seriam disponibilizados através da transferência de direitos de saque ao Brasil no âmbito do BIS – Banco de Compensações Internacionais.

O sucesso da organização de um programa com tão amplo leque de participantes foi resultado da percepção dos riscos da ruptura da política cambial brasileira e dos efeitos de uma possível moratória externa para instituições que haviam sofrido elevadas perdas com a crise russa. Ressalte-se que na mesma época houve o princípio de pânico no mercado norte-americano de títulos com a falência do fundo LTCM – *Long Term Capital Management* que obrigou o Federal Reserve montar uma operação de resgate que evitasse a liquidação dos ativos da instituição (KRUGMAN, 1999: 132-6). A crise do LTCM, além de demonstrar a necessidade de esforços para o aprimoramento da regulação sobre os fundos mútuos de investimento, reforçou a prioridade do governo norte-americano para a estabilização dos mercados emergentes, sendo o Brasil o principal mercado em termos de exposição ao risco. A obtenção de liquidez externa não impediu que em janeiro de 1999 ocorresse a segunda corrida contra o Real, resultando na tentativa fracassada de ampliação das bandas de variação cambial e, por fim, na adoção do regime de livre flutuação.

## 6. Fundamentos de um Novo Paradigma ao Desenvolvimento e o Papel do Estado

Sob a ótica do desenvolvimento, as crises dos anos 90 tiveram o agravante de centrarem a sua ocorrência nos países subdesenvolvidos, especialmente aqueles com maior sucesso na melhoria dos padrões de vida de suas populações ao longo do século XX. O custo social é magnificado em virtude dos desequilíbrios macroeconômicos terem efeitos mais profundos do que apenas a interrupção temporária – de alguns semestres ou anos – na trajetória de crescimento da economia. Ao contrário, eles deixam legados que têm influência a longo prazo sobre o potencial de desenvolvimento dos países periféricos. Por exemplo, o retrocesso na prestação de serviços de saúde fragiliza a capacidade de manter-se o controle sobre doenças endêmicas, podendo significar a perda de anos de esforços empreendidos no controle e até

erradicação de certas doenças. De forma similar, a redução dos gastos em educação pode levar a piora no nível educacional básico da população que terá efeitos sobre a qualidade da mão-de-obra do país ao longo de décadas (BHATTACHARYA; STIGLITZ, 1999: 31-2).

Face a esta realidade, intensificou-se o debate entre a comunidade acadêmica, *policy makers* e a sociedade civil sobre os aspectos relevantes ao desenvolvimento. O novo ideário liberal com sua ênfase na eficiência econômica, sem a necessária análise das questões institucionais, não gerou a melhoria continuada e sustentada dos padrões de vida das populações dos países em desenvolvimento<sup>41</sup>. Apesar dos fatores incorporados em sua análise – equilíbrio fiscal, estabilidade monetária, abertura comercial – serem imprescindíveis à uma dinâmica economia de mercado, eles não bastam para o estabelecimento de uma trajetória de desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Os aspectos relacionados com a constituição de estruturas institucionais adequadas ao florescimento de sólidas economias de mercado, geradoras de riqueza e oportunidades, passaram a ser considerados determinantes ao desenvolvimento. A dicotomia existente entre a atuação pública e privada deixou de ter sentido, sendo transposta por uma visão na qual o Estado tem o papel de orientar a sociedade na aquisições de novos atributos – a transformação social – que o mercado por si só não tem condições de desempenhar. Seguindo a abordagem de STIGLITZ (2000: 8-12), pode-se descrever o desenvolvimento de uma nação como decorrente da função Q, relacionada com a oferta de diversos fatores, tais como K, capital, L, força de trabalho e H, o capital humano relativo aos conhecimentos e aptidões individuais.

$$Q = f(K, L, H) \quad (1)$$

Para as abordagens anteriores, tanto desenvolvimentista como liberal, o papel do Estado seria maximizar a oferta destes fatores; no caso da estratégia intervencionista, o Estado ofertaria diretamente, ou indiretamente via incentivos, os fatores necessários; enquanto no modelo liberal, o Estado alcançaria o máximo de bem estar social relegando, exclusivamente, a sua oferta aos agentes privados.

A análise empreendida a partir dos anos 90 incorpora novos elementos à função de desenvolvimento Q, representados em conjunto pela letra A, que possuem características que demandam ao Estado garantir a sua oferta em quantidades adequadas à sociedade.<sup>42</sup>

$$Q = f(A, K, L, H) \quad (2)$$

---

<sup>41</sup> De 1984 a 1994, período de supremacia das teses do novo liberalismo, o crescimento médio dos países em desenvolvimento foi de 0,8%, contra um desempenho médio de 0,9% de 1973 a 1983 (RODRIK, 2000: 6).

<sup>42</sup> Isso não significa que o Estado deva ter o monopólio de sua oferta, podendo muitas vezes atuar em parceria com a sociedade civil, mas sim que apenas o Estado tem o poder legal – *legal enforcement* – sobre toda a sociedade.

Os fatores compreendidos por A são referentes a três atributos distintos: *informação*, *conhecimento* e *capital social*. Por *informação* refere-se ao fato que as relações humanas em geral, e as atividades comerciais especialmente, para alcançarem o máximo de eficácia, devem ser amparadas pela adequada percepção da realidade, como bem demonstra a hipótese das expectativas racionais exposta na seção 3. Se os agentes não dispuserem de informações corretas e contínuas, não terão como adotar ações maximizadoras. Por outro lado, se este atributo não for fornecido de forma ampla e democrática, surgem incentivos para a formação de redes de compartilhamento de informações privilegiadas, como no caso do *crony capitalism* asiático, que visam a obtenção de ganhos individuais, em detrimento do bem estar social. Quanto maior o esclarecimento e transparência na condução das relações sociais, maior será a tendência da sociedade adotar ações que sejam favoráveis a um número maior de cidadãos. Ou mesmo que em situações de sacrifícios inevitáveis, como em decorrência de crises econômicas, que o custo social dos programas de estabilização seja direcionado às camadas de maior capacidade contributiva.

O conceito de conhecimento na abordagem dos fatores ao desenvolvimento incorpora toda a bagagem cognitiva da sociedade, produzida e disseminada coletivamente, e que permite a dinamização do processo de transformação social. Este, para ser bem sucedido, não pode pautar-se apenas nos conhecimentos individuais de seus cidadãos, ou seja o capital humano representado pela letra H da função Q. Ao contrário, o conhecimento produzido pela sociedade deve ser utilizado de forma mais ampla possível, compreendendo não somente a produção científica, mas também toda o conjunto de valores, normas e práticas da experiência, angariados ao longo do tempo, como meio de maximizar-se os benefícios da utilização eficiente dos recursos.<sup>43</sup> Neste aspecto, o Estado é o único agente na sociedade que pode atuar garantindo que as externalidades negativas, referentes à dificuldade da apropriação dos resultados da produção do conhecimento, não resultem na sua geração e disseminação em nível inferior ao necessário. Cabe ao Estado, portanto, adotar políticas que visem a elevação dos padrões educacionais de toda a população, priorizando a massificação do ensino fundamental, e a promoção do desenvolvimento tecnológico, tanto através da concessão de incentivos, como mediante a utilização de recursos orçamentários.

O terceiro fator compreendido pela letra A é denominado capital social e refere-se aos fatores que determinam a coesão da sociedade, compreendendo o sistema jurídico, valores e normas informais que promovem a coordenação das relações sociais. A sociedade necessita de estruturas que gerem as condições necessárias para que os indivíduos sintam-se parte integrante de uma coletividade, gerando identificação e responsabilidade cívicas. A busca do bem estar individual deve enquadrar-se dentro de regras que resguardem o bem estar coletivo, ao mesmo tempo que são garantidos os direitos individuais frente ao poder das maiorias. NARAYAN (2000) defende a composição do capital social a partir de dois fatores; o primeiro seriam os laços sociais – *bonds* – originados de objetivos, valores e caracte-

---

<sup>43</sup> Neste caso refere-se a todo o conhecimento que pode melhorar a vida em comunidade, compreendendo formas mais eficazes de organização, administração e convívio, que muitas vezes são resultado das características culturais da sociedade.

terísticas culturais comuns que determinam a coesão dos membros de um grupo; o segundo corresponderia às conexões – *bridges* – entre os diversos grupos sociais. A maximização do bem estar social é garantida quando a composição do capital social for proveniente da coesão dos grupos sociais e da existência de conexões que promovam a interação destes grupos. Se a sociedade não possuir estruturas de governança que ensejem a coordenação dos grupos sociais, há a tendência que os embates por interesses específicos impeçam a formação de coalizões necessárias ao processo de transformação social.

A importância do desenvolvimento institucional também é enfatizada por RODRIK (2000), em sua abordagem original do diferencial de desempenho entre os países latino-americanos e do leste asiático a partir da década de 70. Em sua análise, o sucesso dos países asiáticos decorreu da coesão de suas sociedades que permitiu que as mudanças da conjuntura internacional, ocorridas ao longo dos anos 70 e 80, fossem respondidas de forma eficaz. As suas estruturas institucionais possibilitaram o consenso interno<sup>44</sup> que deu suporte a realização das reformas econômicas e sociais necessárias ao sucesso do processo de inserção ao fluxo de trocas internacional.<sup>45</sup> De forma contrária, a América Latina ressentiu-se de mecanismos que produzissem a conversão das forças sociais em direção de novas estratégias ao desenvolvimento, dando origem a embates internos que enfraqueceram sua capacidade de transformação e adaptação às mudanças internacionais. Deste modo, a análise de Rodrik transfere a ênfase da análise das estratégias de desenvolvimento para os fatores que geram as coalizões sociais, em prol de certos objetivos seguidos por toda a sociedade. A questão crucial deixa de ser quais as estratégias a serem implantadas, e passa a ser a definição da maneira de se formular, disseminar e implantar estas estratégias; ou seja, o modo de realizar a transformação social torna-se mais relevante que a transformação em si.

O conjunto de fatores descritos enseja que o Estado tenha um papel de destaque no processo de mudança da sociedade, perseguindo políticas que possibilitem aos agentes a provisão de fatores (e.g. informação, conhecimento e capital social) que as relações de mercado não podem garantir. Neste contexto, o novo estado das artes do pensamento sobre desenvolvimento lança luzes nas teses que defendem concepções dogmáticas quanto à eficácia da atuação estatal, ou da primazia do mercado, apontando as áreas específicas em que a contribuição do Estado tem relevância para a maximização do bem estar social.

---

<sup>44</sup> Ressalte-se que isto não foi facilitado apenas pelo fato destes países possuírem governos totalitários, mas, sobretudo, decorre das características culturais dos povos da região que valorizam práticas cooperativas e a ação coletiva.

<sup>45</sup> Pode-se argüir que a estratégia exportadora dos países asiáticos é adequada para as características de suas economias, não sendo um modelo pertinaz a todas economias em desenvolvimento. Aqui não se questiona a importância do comércio internacional como instrumento de desenvolvimento, mas sim que em certos países, como Brasil, Índia e China, o mercado doméstico possui maior potencial de crescimento que o externo.

### Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2000. *Boletim do Banco Central do Brasil*, v. 36, n. 4, abr.
- BHATTACHARYA, Amar; STIGLITZ, Joseph E. 1999. Underpinnings for a stable and equitable global financial system: from old debates to a new paradigm. *XI World Bank Annual Conference on Development Economics*, Washington (USA).
- BOYER, Robert. 1999. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? *Economia e sociedade*, Campinas: UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, v. 12, n. 1, jun. p. 1-20.
- CORSETTI, Giancarlo; PESENTI, Paolo; ROUBINI, Nouriel. 1998. What caused the Asian currency and financial crisis? Part I: Macroeconomic overview. *NBER - National Bureau of Economic Research*, set.
- EICHENGREEN, Barry. 1996. *Globalizing capital : a history of the international monetary system*. New Jersey (USA): Princeton University Press.
- GRIFFITH-JONES, Stephany. 1998. How to protect developing countries from volatility of capital flows? In: *Modelos e Políticas de Desenvolvimento: Tributo a Aníbal Pinto*, Rio de Janeiro: BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 173-98.
- IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND. 2000. World Economic Outlook.
- KLAMER, Arjo. 1998. *Conversas com economistas*. São Paulo: Pioneira.
- KRUGMAN, Paul. 1999. *The return of depression economics*. New York (USA): W.W. Norton & Company.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Vendendo prosperidade : sensatez e insensatez econômica na era do conformismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- MACEDO, Luís Otávio Bau. 1996. *The modelling and forecasting of the Brazil/USA exchange rate*. Kingston upon Thames (UK): Faculty of Human Sciences, Economics Department, Kingston University, Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas).
- NARAYAN, Deepa. 2000. Bonds and bridges : social capital and poverty. *Poverty Group of the World Bank*.
- RODRIG, Dani. 2000. Development strategies for the next century. *World Bank Paper*.
- SACKS, Jeffrey D. 2000. A new global consensus on helping the poorest of the poor. *Lecture for the XII World Bank Annual Conference on Development Economics*, Washington (USA).
- SILVA NETO, Lauro de A. 1997. *Derivativos : definições, emprego e risco*. São Paulo: Atlas.
- SKIDELSKY, Robert. 1999. *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- STIGLITZ, Joseph E. 2000. Development thinking at the millennium. *Address for the XII Annual Bank Conference on Development Economics*, Washington (USA).
- \_\_\_\_\_. 1998a. Knowledge for development : economic science, economic police and economic advice. *X World Bank Annual Conference on Development Economics*, Washington (USA).
- \_\_\_\_\_. 1998b. More instruments and broader goals: moving toward the Post-Washington Consensus. *Wider Annual Lecture*, Helsinki (Fin.).
- \_\_\_\_\_. 1998c. Towards a new paradigm for development : strategies, policies and processes. *Prebisch lecture at UNCTAD*, Genegra (Bel.).
- STUDART, Rogério. 1997. Novos atores e instrumentos para o financiamento do desenvolvimento. *Texto para Discussão do Núcleo Financeiro*. Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.



WELBROECK, Jean. 1998. Half century of development economics : a review based on the handbook of development economics. *World Bank Economic Review*, v. 12, n. 2, p. 323-52.

WORLD BANK. 1998. World Bank Policy and Research Bulletin, v. 9, n. 3.

WTO - WORLD TRADE ORGANIZATION. 2000. World merchandise trade statistics, mar.

**Resumo:** O presente artigo busca descrever de forma abrangente a evolução do pensamento econômico a respeito do processo de desenvolvimento. A análise inicia a partir do paradigma intervencionista dos anos 50 e 60, passando pelas mudanças da conjuntura internacional dos anos 70 e a primazia do novo ideário liberal dos anos 80. As crises cambiais e financeiras dos anos 90 e suas implicações aos países periféricos são estudadas com o objetivo de se introduzir a emergência de um novo paradigma que prioriza os fatores institucionais ao desenvolvimento.

**Palavras-chave:** desenvolvimento econômico, políticas públicas, intervencionismo, liberalismo, estruturas institucionais.

**Códigos JEL:** B15, B20, F30, O10.

*Abstract: This paper aims to present a survey of the economic thinking evolution for the development process. The analysis starts with the interventionist policies of the 50's and 60's and goes through the changes of the economic environment at the 70's and the liberal consensus of the 80's. The exchange and financial crisis at the 90's and their implications to the developing countries are studied in order to introduce the emergence of a new paradigm that gives emphasis on institutional arrangements.*

*Keywords: economic development, public policies, interventionism, liberalism, institutional arrangements.*

*JEL Codes: B15, B20, F30, O10.*